

CONSTRUINDO COMUNIDADES:
AS IRMANDADES DOS PRETOS E PARDOS

Mary Karasch**
karasch@oakland.edu

RESUMO: Este ensaio trata da irmandade leiga dos pretos (e pardos), que foi organizada por aqueles de descendência africana no Brasil colonial e na capitania de Goiás. Os temas a serem elaborados aqui incluem origens; associação, incluindo identidade étnica e racial; os santos de sua devoção; atividades, tais como arrecadação de fundos e assistência para os necessitados e as relações com a Igreja e o Estado, incluindo eleição de reis e rainhas. Estudos históricos agora apontam para a rica vida associativa que os descendentes de africanos criaram no Brasil e no resto da Diáspora africana. A capitania de Goiás compartilhou dessa tradição, o que possibilitou aos escravos sobreviverem ao trauma da escravidão e criarem suas próprias comunidades e culturas.

PALAVRAS-CHAVE: irmandades, pretos, Brasil Colonial, Goiás.

No vasto território da capitania colonial de Goiás, pequenas igrejas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito se encontram em ruínas; no entanto, elas são testemunhas da devoção religiosa daqueles que as construíram: os livres, os libertos, os negros escravizados e os pardos que construíram suas vidas no que agora são os modernos estados de Goiás e Tocantins. Apesar dos abusos do trabalho e dos maus tratos, esses sujeitos construíram uma vida associativa e religiosa com base nas tradições culturais oriundas da África assim como nas crenças e costumes luso-brasileiros.

* Tradução do inglês para o português de Priscilla Carreiro Rodrigues, aprovada pela autora.

** Professora emerita da Oakland University. Ph.D. University of Wisconsin, Madison.

Este trabalho irá examinar uma dessas associações, a irmandade leiga dos pretos (ou pardos), que foi organizada por aqueles de descendência africana no Brasil colonial e na capitania de Goiás. Os temas a serem elaborados aqui incluem origens; associação, incluindo identidade étnica e racial; os santos de sua devoção; atividades, tais como arrecadação de fundos e assistência para os necessitados e as relações com a Igreja e o Estado, incluindo eleição de reis e rainhas. Estudos históricos agora apontam para a rica vida associativa que os descendentes de africanos criaram no Brasil e no resto da Diáspora africana. A capitania de Goiás compartilhou dessa tradição, o que possibilitou aos escravos sobreviverem ao trauma da escravidão e criarem suas próprias comunidades e culturas¹.

ORIGENS

Para o Brasil colonial como um todo, podemos traçar as origens das irmandades dos pretos, em particular aqueles de Nossa Senhora do Rosário, até pelo menos a metade do século XV na Europa.² Em Lisboa, no monastério dominicano de São Domenico, em 1460, foi fundada a primeira confraternidade de africanos libertos e escravos. Em outros lugares de Portugal, negros e brancos pertenceram à primeira Irmandade do Rosário, mas os negros tinham formado suas próprias associações religiosas em torno de 1496. Essas irmandades do Rosário não eram apenas focadas na devoção a Maria, também foram marcadas pela preocupação especial com o “cuidado adequado com o corpo”, com os enterros e preces destinados à alma após a morte. Em dois de fevereiro, na festa de purificação da virgem, as irmandades abençoavam velas para navios portugueses que partiam para a costa da África. Pelo menos nove irmandades de negros escravizados e livres podem ser documentadas no século XVI em Portugal. Um compromisso de Lisboa (1575) revela que os negros já estavam criando uma hierarquia de oficiais para o governo da irmandade (KIDDY, 2005, p. 21, 26, 30; MULVEY, 1976, p. 17-27).

Os portugueses, à medida que desciam à costa africana no século XV, não apenas traziam mais africanos a Portugal – que se uniram às irmandades dos pretos – como levavam sua devoção aos novos postos africanos. Ambos, Dominicanos e Jesuítas, difundiram a devoção e as irmandades entre os africanos. A primeira irmandade dedicada a Nossa Senhora do Rosário na África foi criada na ilha de São Tomé em 1526; em 1577, já havia outra em Sena, Moçambique, e em 1620, uma em São Salvador, a capital do reino do Congo. Ao sul do Congo havia uma capela dedicada a Nossa Senhora

do Rosário, em Luanda, Angola, e outras duas capelas nos presídios de Cambambe e das Pedras, em 1690. Naquela época, os africanos já haviam levado a crença em Nossa Senhora do Rosário até o interior de Angola e muitos escravos chegaram ao Brasil acreditando que Nossa Senhora do Rosário era africana: no interior do Brasil os descendentes de escravos ainda a consagram como “Rainha de Angola”. Portanto, muitos dos africanos escravizados que chegaram ao Brasil, antes de 1850, já estavam familiarizados com o rosário, usando-o em volta de seus pescoços e recitando-o em suas próprias linguagens. Um viajante inglês observou que os negros no Brasil eram muito ligados às contas dos rosários, pois “elas pareciam despertar a sensação [neles] de lar”.³ Assim sendo, uma irmandade devotada a Nossa Senhora do Rosário era especialmente atrativa para aqueles que vinham de colônias portuguesas na África.

No Brasil, no século XVI, as irmandades do Rosário eram favorecidas pela Coroa Portuguesa e pela Igreja Católica como um instrumento de conversão dos africanos escravizados. Já em 1552, missionários jesuítas haviam estabelecido confrarias dedicadas a Nossa Senhora do Rosário para os novos africanos convertidos em Pernambuco. Na década de 1570, o rei de Portugal decretou que os dízimos coletados das igrejas dos africanos fossem usados para suas próprias igrejas e irmandades e um visitante jesuíta no Brasil, em 1586, ordenou oficialmente que irmandades do Rosário fossem criadas para índios e negros. Os Jesuítas também levaram essas irmandades para São Vicente no sul, Salvador e Recife. A devoção a Nossa Senhora do Rosário surgiu entre os anos de 1662 e 1668 em Pernambuco. A irmandade incluía tanto africanos como crioulos no Recife. Oficiais coloniais também permitiram às irmandades do Rosário eleger reis e rainhas, juízas e juizes negros, que serviam de liderança para as comunidades negras locais. As irmandades se tornaram tão populares que o estado de Minas Gerais sozinho, chegou a contar com 62 delas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário (MULVEY, 1976, p. 78-9; KIDDY, 2005, p. 35-6; MORAES, 2006, cap. 5, p. 5; BOSCHI, 1986, p. 187).

Seguindo essas tradições históricas, as primeiras irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos pretos foram organizadas na capitania de Goiás após a descoberta de ouro, na década de 1720. Por volta de 1730, irmãos e irmãs fundaram esta irmandade em Vila Boa de Goiás, a capital da Capitania. Em 1736, foi erguida uma capela em homenagem à santa em Meia Ponte (Pirenópolis) por uma segunda irmandade dedicada a Nossa Senhora do Rosário. De acordo com a cópia de uma provisão de 1742, o Juiz e demais irmãos da irmandade de Meia Ponte construíram a capela com recursos obtidos com esmolas.

Os mineiros que chegaram depois trouxeram também a devoção a Nossa Senhora do Rosário de Portugal, do Brasil ou da África e contribuíram com seu ouro para construir pequenas capelas e oratórios em honra a Nossa Senhora. Algumas das irmandades dedicadas a Nossa Senhora do Rosário dos pretos se estabeleceram nas cidades mineradoras de Bonfim (1791), Carmo, Crixás (1777), Natividade (1786), Pilar (1762), Santa Luzia (1769), e São José do Tocantins (Niquelândia) em 1762.⁴ Apesar de terem fundado outras capelas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, os mineiros e seus escravos nunca foram reconhecidos oficialmente pela Igreja e pelo Estado. Assim sendo, a reconstrução de suas histórias dependerá da documentação a ser encontrada por meio de novas pesquisas em arquivos ou em estudos arqueológicos.

MEMBROS

Uma vez estabelecida, cada irmandade seguia a tradição de selecionar ou eleger seus oficiais, irmãos e irmãs que comporiam a mesa. As irmandades dos pretos no Brasil tinham muitos oficiais, inclusive mulheres. Além do rei e rainha eleitos, os principais oficiais eram juiz e juíza, escrivão, tesoureiro e procurador. Na ausência de oficiais alfabetizados, os homens brancos eram solicitados a servir de escrivão, tesoureiro ou procurador. A mesa que conduzia os assuntos da irmandade era composta por doze a vinte quatro membros, eleitos anualmente. Em alguns casos, metade dos membros da mesa era composta por mulheres, mas algumas irmandades dos pretos barravam a presença de mulheres na mesa, tal qual faziam as irmandades dos brancos. Em contraste com as confrarias hispânicas, as mulheres desempenhavam um papel bem mais significativo nas irmandades dos pretos: as rainhas e juízas contribuía com recursos financeiros significativos obtidos por meio de levantamentos, organizavam festivais, cuidavam dos enfermos e eram responsáveis pelas atividades de caridade (MULVEY, 1976, p. 32, 132-3; NISHIDA, 1998, p. 342; KARASCH, 1998).

Os requerimentos da associação incluíam o pagamento de uma taxa referente ao ingresso na irmandade, seguido de uma doação anual paga em ouro nas cidades mineradoras, como Vila Boa, Natividade e Cocal. Outros requisitos eram considerados para o ingresso nas irmandades, tais como casar-se na Igreja ou ter boa conduta – não cometer crimes nem freqüentar “feiticeiros”. A maioria das irmandades dos pretos aceitava tanto africanos quanto crioulos (negros nascidos no Brasil), com a exigência de que africanos e crioulos se alternassem na mesa como reis e rainhas. Alguns compromissos distinguiram os africanos por “nação”, por exemplo, Angola, Congo, ou Mina.

Em outras regiões do Brasil as nações apoiavam irmandades distintas e cada uma honrava a imagem de Jesus Cristo, da Virgem Maria, ou de um santo, construindo capelas e igrejas em sua honra; eles também providenciavam uma comunidade aos africanos recém-chegados à costa do Brasil (NISHIDA, 1998, p. 330-1; MULVEY, 1976, p. 109; SOARES, 2002, p. 60).

Na cidade de Salvador, na Bahia, os Angolanos, inicialmente, pertenciam às irmandades dos pretos; posteriormente os pretos do Oeste africano, em particular de Daomé (Benin) e da Nigéria, formaram irmandades separadas. Em 1789, existiam, pelo menos, dezessete irmandades de pretos registradas na cidade. A primeira irmandade do Rosário aprovada oficialmente em Salvador foi fundada por Angolanos na Igreja de Conceição da Praia, em 1685. Uma segunda irmandade de Angolanos foi dedicada ao santo negro Antônio de Catageró (Catagerona) em 1699. Depois de um século de coexistência com outras irmandades, a irmandade do Rosário deixou Conceição da Praia para construir, entre 1703 e 1726, sua própria igreja no Pelourinho, em Salvador. Estas duas antigas irmandades aceitavam apenas Angolanos e crioulos, igualmente representados, em suas mesas. Assim como em outros lugares do Brasil, revezavam em seus postos de trabalho até 1750, quando a irmandade do Rosário admitiu os Jejes (Ewes), entretanto os excluiu da mesa (NISHIDA, 1998, p. 332, 335; REIS, 2003, p. 332).

Os Jejes então criaram a irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção na Igreja do Corpo Santo, em 1752, e os Nagôs (Oyo-Yorubas) estabeleceram a famosa irmandade dedicada a Nossa Senhora da Boa Morte na igreja Barroquinha. Os ex-escravos que haviam conseguido sua liberdade freqüentemente serviam em uma ou mais dessas mesas (NISHIDA, 1998, p. 332, 335).

Muitas das nações organizadas em Salvador eram também representadas no Rio de Janeiro. Os Angolanos, em 1765, fundaram a irmandade de Nossa Senhora de Belém, localizada em Sé Velha, enquanto os Congos eram devotos da irmandade negra dos apóstolos São Felipe e São Judas, a partir de 1753. Os africanos da Costa da Mina formaram a irmandade de Santo Antônio da Moraria, em 1715 e, em 1725, mudaram-se para a igreja do Rosário e São Benedito. Minas eram devotos de Nossa Senhora da Lampadosa. Essa irmandade se estabeleceu primeiro na igreja do Rosário e depois em sua própria igreja de mesmo nome. Um grupo de Minas, em 1706, assumiu a devoção ao Menino Jesus na igreja de São Domingos. Os Minas Mahis de Daomé (Benin), os Saburus, e os Dagomés apoiavam a irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia na igreja de mesmo nome. Na década de 1770, até crioulos tinham suas próprias irmandades dedicadas a Nossa Senhora das

Mercês (KARASCH, 1987, p. 82-6⁵; SOARES, 2000, p. 121, 160; SOARES, 2002, p. 73-5; MOURA; LIMA, 2002, p. 60-1).

Finalmente, os pardos apoiavam a restrição ao acesso à irmandade a outros pardos e brancos e não permitiam a entrada de “africanos puros”. Imagens e irmandades com uma orientação voltada para os pardos seguiam seu curso no Rio de Janeiro e em Salvador como as de Nosso Senhor Jesus da Cruz, Nossa Senhora da Conceição, São Francisco de Paula, e São José. Sapateiros e alfaiates pardos eram devotos de São Crispim e São Bom Homem na igreja carioca da Candelária. Outros irmãos, praticantes de vários ofícios mecânicos, também se organizavam em confrarias e irmandades. Uma das mais notáveis irmandades no Rio de Janeiro era dedicada a São Jorge, cujos membros incluíam os ferreiros da cidade; era aberta aos negros que trabalhavam com ferro, latão e cobre.⁶

Na capitania de Goiás, distinções tão detalhadas de ofícios de etnias não aparecem na documentação. Entretanto, os registros que resistiram às intempéries sugerem que as irmandades dos pretos eram mais inclusivas que outras, aceitando, até mesmo, uma nação indígena, os Bororos. Em Meia Ponte, por exemplo, a irmandade do Rosário aceitava “brancos, pretos, escravos, forros, casados, solteiros, homens, mulheres e meninos de doze anos para cima”. Linguagem similar aparece no compromisso de 1788 para a irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos cativos de São Joaquim de Cocal: a distinção étnica que este compromisso firmou foi a que o Rei e Rainha deveriam ser pretos (africanos) em um ano e crioulos em outro.⁷

Embora as irmandades dos pretos fossem abertas a brancos, existiam restrições aos que poderiam servir no conselho ou governar a irmandade. A Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, próxima de Cocal na freguesia de Traíras, era enfática quanto à cor daqueles que compunham o “corpo da irmandade”. Deveriam ser pretos e pretas, nacionais como de fora, forros, e cativos e estes sempre com licença de seus senhores, mas a irmandade também aceitava pardos e pardas com a condição de que a mesa fosse sempre composta de pretos. No entanto, as posições de escrivão, tesoureiro e procurador eram sempre de brancos “para mais autoridade, e melhor governo”. Em contraste, as irmandades dos brancos eram freqüentemente discriminadoras em suas patentes, restringindo o acesso a associação apenas para os homens brancos legítimos e suas esposas. Por exemplo, o compromisso da irmandade do Senhor dos Passos do Pilar aceitava brancos e proibia “o ingresso de quem fosse infamado de cristão novo ou de infecta nação ou pardo”. Aos irmãos era concedido o direito de expulsar qualquer branco que se casasse com uma parda (MORAES, 2006, cap. 4, p. 52).

OS SANTOS DE SUA DEVOÇÃO

Cada uma dessas irmandades honrava um santo específico e os tipos de santos variavam de região para região do Brasil. Como Portugal tinha um império global, onde missionários, burocratas e oficiais militares se deslocavam ao redor do mundo, freqüentemente, em companhia de seus escravos negros, os portugueses encontravam refúgio em santos familiares, igrejas e irmandades onde quer que fossem. As duas imagens mais comuns, refletidas no número de igrejas e irmandades, eram as de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Conceição, ambas eram também encontradas em Luanda, Angola. A segunda imagem era especialmente associada a Portugal e pardos, enquanto a do Rosário estava ligada às regiões do império e aos negros (SOUZA, 2006, p. 23-4).⁸ Outras imagens de Nossa Senhora eram populares entre os pretos: Nossa Senhora das Mercês se destacava, em parte devido ao seu papel no resgate de escravos tanto no mundo Mediterrâneo quanto no Brasil; Nossa Senhora dos Remédios e Nossa Senhora do Carmo, cujas igrejas também se encontravam em Luanda; e Nossa Senhora da Boa Morte, cujo apelo junto aos pardos deve-se a sua reputação de proteger os suplicantes sem sacramentos diante da morte. Em Salvador, Bahia, Nossa Senhora do Amparo dos homens pardos, Nossa Senhora do Livramento e Nossa Senhora da Guadalupe também eram populares junto às irmandades de pardos. Desta lista de irmandades de Salvador, apenas Nossa Senhora do Livramento tinha uma irmandade na capitania de Goiás criada a partir de 1771 (NISHIDA, 1998, p. 333, 339-340; SCARANO, 1975, p. 39; MULVEY, 1976, p. 291, 298-9).⁹

As irmandades e igrejas dedicadas a São Gonçalo Garcia, com devotos por todo Brasil, eram bastante significativas para os pardos. Uma das maiores igrejas coloniais dedicadas ao Santo foi construída no Rio de Janeiro, no século XVIII. A irmandade responsável pela construção desta igreja honrava um santo nascido em um assentamento português em Baçaim (Bassein), uma cidade ao norte de Mumbai, na Índia. São Gonçalo era um homem de cor, filho de pai português e mãe canarese. Educado pelos jesuítas, seguiu-os para o Japão, onde aprendeu a língua. Nesse momento de sua vida, trabalhou como mercador, viajando para as ilhas Filipinas, onde se juntou aos franciscanos como irmão terceiro. Após retornar para o Japão com os missionários católicos em 1592 ele foi martirizado em Nagasaki em 1597. São Gonçalo Garcia foi beatificado em 1627 e a devoção rapidamente se espalhou por Pernambuco, Alagoas e Minas Gerais por volta de 1710.

Daí em diante, os pardos do Brasil estabeleceram suas irmandades em honra ao mártir beatificado que, assim como eles, era um homem de cor.¹⁰

Da mesma forma que os pardos, os pretos do Brasil tinham seus santos, em especial os de cor preta. São Benedito foi um dos mais populares dos santos negros no Brasil. O santo, que morreu em 1589, era freqüentemente retratado segurando o menino Jesus. Por ser poderoso, acreditava-se no Rio de Janeiro que o santo prevenia envenenamentos; mas também era o protetor daqueles que trabalhavam em cozinhas, uma vez que foi cozinheiro em um monastério na Sicília. A sua irmandade se estabeleceu primeiramente em Lisboa e depois na Bahia, em 1686. Os negros apoiavam as irmandades nas igrejas do Rosário ou construíam pequenas capelas dedicadas a ele por todo o Brasil.¹¹

Outros três santos negros, de acordo com as tradições luso-brasileiras, nasceram na África: um deles foi o Santo Rei Baltazar, um dos Três Magos (ou Três Reis), cujo culto era celebrado no dia 6 de Janeiro. Em algumas tradições, o santo viajou de Etiópia para visitar o menino Jesus em Belém. Na iconografia colonial, Baltazar foi muitas vezes representado como um Rei de pele escura que presenteou o menino Jesus com incenso. Um de seus santuários mais importantes no Brasil ficava na igreja de Nossa Senhora da Lampadosa no Rio de Janeiro, onde o santo, na verdade, era chamado de “Rei do Congo”. A irmandade do Santo Rei Baltazar cuidava da igreja de Nossa Senhora da Lampadosa no Rio de Janeiro. A única santa negra era a princesa de Núbia (ou Etiópia), Santa Efigênia, padroeira de uma irmandade de pretos no Rio de Janeiro. As Irmandades de Santa Efigênia e Santo Elesbão, cujos compromissos foram confirmados em 1767, foram baseadas na igreja de São Domingos no Rio de Janeiro. Estas irmandades foram apoiadas por africanos da Costa da Mina, como de Mina Mahi. No primeiro século, Santa Efigênia foi convertida e batizada pelo apóstolo São Mateus, tornou-se religiosa e fundou um convento para mulheres, razão pela qual sua estátua é normalmente vestida com um hábito de freira carmelita. Santo Elesbão, um Imperador etíope cristão do século VI, liderou exércitos antes de renunciar ao seu trono para se transformar num “anacoreta” (KARASCH, 1987, p. 282; MORAES, 2006, cap. 7, p. 15; cap. 8, p. 6)¹².

Existiam também irmandades dedicadas aos Santos Antônio negros, entre as quais se destacava a de Santo Antônio de Categeró ou Catagerona. Este Santo Antônio era conhecido como Antônio Etíope por causa da cor escura de sua pele; mas na verdade nasceu em Barca, no Norte da África, de pais islâmicos. Escravizado quando criança, foi levado à Sicília onde trabalhou como pastor e escravo doméstico por quarenta anos. Após sua

conversão ao cristianismo, desenvolveu uma reputação de santidade e entrou para terceira ordem de São Francisco. Segundo Salvatore Guastella, dois outros Antônio se destacavam na Sicília: um “Antônio negro”, de Noto, que foi capturado por corsários muçulmanos e martirizado na Tunísia em 1500; e um Antônio Etíope, terciário do convento de Santa Maria de Jesus, que morreu em 1561. No Rio de Janeiro, Santo Antônio da Moraria era o patrono especial dos negros da cidade (GUASTELLA, 1986, p. 8, 12-3; KARASCH, 1987, p. 86, nota 66).

A capitania de Goiás recebeu escravos africanos de muitas cidades costeiras do Brasil, o que justifica a presença de santos e devoções similares às que ocorriam nas cidades litorâneas. No norte da capitania (atual estado de Tocantins), os santos lá honrados refletiam as influências religiosas do Brasil costeiro. Portanto, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito eram especialmente importantes em Natividade. Na verdade, os negros livres e libertos de Natividade iniciaram a construção da maior igreja da capitania dedicada a Nossa Senhora do Rosário, no final do século XVIII. A igreja nunca foi terminada; encontra-se atualmente destelhada e exposta às intempéries, ao contrário da pequena igreja de São Benedito de Natividade que ainda preserva, além da devoção popular, o estilo artístico e as estátuas de santos época colonial.¹³

No sul da capitania, em Vila Boa, a igreja original do Rosário, construída por negros, não resistiu: foi demolida na década de 1930 e substituída pela igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída pelos Dominicanos franceses. Diferente do ocorrido em Natividade, os crioulos devotos de São Benedito não construíram uma igreja em Vila Boa, ao contrário, instalaram suas confrarias na igreja de Nossa Senhora do Carmo por volta de 1786; podemos documentar também uma Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em Meia Ponte, em 1803.¹⁴

Na verdade, a maior igreja colonial na cidade de Goiás, cujos vínculos remontam às pessoas de descendência africana, é a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte. Apesar de ter sofrido um incêndio devastador em seu interior, a fachada ainda permanece conservada. A Igreja abriga um museu de arte sacra. No século XVIII, os pardos de Vila Boa veneravam uma imagem de Nossa Senhora da Boa Morte. No ano de 1762, a irmandade dos pardos deu início à construção de uma igreja dedicada a São Gonçalo Garcia que foi concluída em 1779. Daí em diante a devoção a Nossa Senhora da Boa Morte era associada, especialmente, aos Jesuítas, que promoveram à devoção a santa até 1759, quando foram expulsos da capitania. Uma hipótese é a de que a irmandade parda tomou posse da igreja e deu seqüência à devoção na igreja de Nossa Senhora da Boa Morte em Vila Boa.¹⁵

A devoção a Nossa Senhora da Conceição, cuja imagem foi honrada em muitas igrejas da capitania, também esteve associada à igreja da Boa Morte. Uma irmandade parda, cujos compromissos dedicados a Nossa Senhora foram aprovados se localizava no centro de Jaraguá. Os homens pardos, no requerimento para erguer a capela atestavam ter “freqüentado a 30 para 40 anos a Devoção de N. S.a da Conceição”. Em 1821 um padre notou que eram “quase todos pobres”.¹⁶

Assim como a capital de Vila Boa, a cidade mineradora de São José do Tocantins (Niquelândia) também possuía irmandades dedicadas a Nossa Senhora do Rosário e a Nossa Senhora da Boa Morte. Seguindo o exemplo de Vila Boa, a primeira irmandade foi apoiada por pretos, enquanto os pardos construíram a igreja da Boa Morte e basearam sua irmandade dedicada a São Gonçalo Garcia naquela igreja. Outra importante igreja construída em São José foi dedicada à Princesa de Núbia, Santa Efigênia. Os membros desta mesa eram crioulos e crioulas, juízes e juízas, e a princesa. De acordo com Paulo Bertran, a igreja substancial de Santa Efigênia foi mantida por mais de dois séculos pela irmandade de mesmo nome que costumava celebrar seu festival em 25 de julho, cantando louvores à Santa Efigênia e Nossa Senhora do Carmo. A popularidade de Nossa Senhora do Carmo entre os pretos, talvez possa ser atribuída ao fato dos missionários carmelitas terem difundido sua imagem e devoção na África portuguesa.¹⁷

Outra imagem de Nossa Senhora descoberta na capitania foi a de Nossa Senhora das Mercês. Esta santa era homenageada por uma irmandade na cidade mineira de Cocal. Uma vez que esta imagem e a irmandade eram incomuns na capitania de Goiás, Cristina C.P. Moraes sugere o motivo da devoção a Nossa Senhora das Mercês, entre os negros de Cocal: no século XVIII, os mercedários fundaram um convento em Belém que funcionou até 1787. Fechado o convento, foram obrigados a se mudarem para São Luis do Maranhão. Alguns mercedários, possivelmente foram atraídos para São Joaquim do Cocal, então uma cidade mineradora com mais de quatro mil pessoas. Surpreendentemente, o compromisso da irmandade de 1772 foi feito na forma de um manuscrito iluminado em ouro. Em outra cidade mineradora, próxima a Cocal, pretos e pretas organizaram uma irmandade dedicada a Nossa Senhora do Livramento, a Virgem Maria, retratada segurando o Menino Jesus. Quando o preto forro, Salvador Fernandes, fundou a irmandade, por volta de 1771, talvez os escravos negros, listados em seu compromisso, esperassem que da ação da irmandade resultasse, para eles, o fim da escravidão (MORAES, cap. 8, p. 20-21).

FINANCIAMENTO

A marca de ouro no compromisso de Cocal ilumina as características das irmandades da capitania de Goiás. As capelas e as igrejas construídas na capitania freqüentemente deviam sua existência à habilidade de seus irmãos e irmãs para levantar fundos entre os que viviam da mineração. Em outras partes do Brasil, membros das irmandades de pardos e negros precisavam dedicar um bom tempo pedindo esmolas destinadas ao apoio das atividades beneficentes da irmandade. Mulheres negras eram especialmente importantes em tais atividades. Os artistas do fim do período colonial deixaram ilustrações de mulheres negras, com capas, turbantes e chapéus de três pontas, coletando esmolas em cidades portuárias. Outra fonte de renda eram as doações anuais dos oficiais, reis e rainhas da irmandade. Estes fundos eram muitas vezes destinados ao pagamento de um padre para rezar missas, ministrar sacramentos e para comprar velas, sedas e tafetás, importantes adereços tanto para o casal real como para as estátuas dos santos. Outros fundos eram doações decorrentes da morte dos membros da irmandade: negros livres e libertos deixavam casas, escravos e ouro em troca de uma missa de funeral, enterros elaborados, e preces, por um período previamente acordado, para a alma do falecido.¹⁸

É incerta a quantidade de fundos e propriedades que as irmandades adquiriram, pois o clima tropical, os danos provocados pela água em capelas desprovidas de qualquer recurso provocaram a perda de muitos dos seus livros de contabilidade. Contudo, constam em alguns livros da capitania de Goiás, que sobreviveram às intempéries do tempo, as quantias de ouro que eram doadas para as irmandades. Também temos evidências de compromissos que registraram a quantia de ouro necessária ao ingresso na irmandade. Para pertencer à irmandade de Nossa Senhora das Mercês na cidade mineradora de Cocal, por exemplo, cada membro, homem ou mulher, tinha que pagar uma taxa de entrada de duas oitavas de ouro em 1772, que foi reduzida, em 1788, a uma oitava. Posteriormente, a taxa anual de uma oitava de ouro foi reduzida a meia oitava até a idade de 25 anos, em 1788. Além disso, a irmandade de Nossa Senhora das Mercês era governada por uma mesa que incluía o rei eleito e a rainha, juiz, juíza, escrivão, tesoureiro e dois procuradores (um branco e um negro) e 12 irmãos e 12 irmãs. Para se tornar um rei ou rainha, cada homem e cada mulher tinham que doar 25 oitavas de ouro em 1772; reduzidas, em 1788, para 20 oitavas. Os dois juízes pagavam menos, 16 oitavas cada em 1772, reduzidas para 12 oitavas em 1778. Diversamente da mesa em Vila Boa onde cada irmão e

irmã tinham que pagar três oitavas, em Cocal cada membro da mesa tinha que pagar duas oitavas de ouro em 1772 e em 1788, enquanto o secretário e o tesoureiro tinham que pagar, cada um, quatro oitavas. Os membros do sexo feminino dessa mesa tinham que contribuir com um total de 65 oitavas de ouro em 1772, quantia similar ao preço pago para libertar uma mulher africana em 1793. Neste ano, Thereza Mina comprou sua liberdade por 64 oitavas de ouro.¹⁹

Os dois compromissos de Cocal são significativos, pois esclarecem os requisitos exigidos, em ouro, para os que pretendessem ocupar as funções de liderança na irmandade dedicada a Nossa Senhora das Mercês. Outros compromissos da capitania de Goiás relatam situações similares para taxas anuais; mas como Cristina de C.P. Moraes esclarece, nem todos os irmãos e irmãs podiam dispor do ouro necessário para ocupar uma boa posição na irmandade e tinham que negligenciar suas obrigações. Em um caso, contudo, o compromisso da irmandade e Confraria do Patriarca São José requeria que o dono do escravo pagasse as dívidas do escravo que não pudesse fazê-lo (MORAES, 2006, cap. 5, p. 23; cap. 7, p. 31; cap. 8, p. 32-3).

Quando as taxas de associação eram insuficientes para cobrir todos os custos de atividade de uma irmandade detalhados acima, eram levantados fundos pedindo-se esmolas. Coletar esmolas para a irmandade, em meses previamente determinados, era uma das obrigações específicas de cada uma das doze irmãs da mesa de Nossa Senhora das Mercês. Aparentemente, cada irmã andava na cidade de Cocal pedindo contribuições para apoiar a irmandade e suas caridades, assim como as irmãs do Rosário faziam no Rio de Janeiro. Outro compromisso para Santa Efigênia de São José do Tocantins requeria que cada irmão e irmã carregassem uma vara, insígnia de sua autoridade, enquanto andassem na cidade mineradora “recolhendo a esmola de bacia”. Certamente, as mulheres negras se destacavam na coleta de fundos para as irmandades da capitania de Goiás.²⁰

OUTRAS ATIVIDADES

Além de coletar esmolas, as irmandades de pretos (e pardos) brasileiras se concentravam em uma variedade de atividades sociais e religiosas, como as procissões, que beneficiavam as comunidades locais. Uma das obrigações primárias da irmandade, ordenada em seus compromissos, era a de organizar as celebrações do dia do festival em honra a Nossa Senhora do Rosário em 7 de outubro, a Nossa Senhora da Conceição em 12 de dezembro, ao Santo Rei Baltazar, na festa dos Três Magos em 6 de Janeiro, a São Benedito em 4

de abril, a São José em 19 de março e a Santa Efigênia em 25 de Julho. Para celebrar esses dias dos santos, adequadamente, precisavam de velas e fogos de artifício e outros produtos típicos de rituais, especialmente para o pagamento pelas missas solenes, sempre com música apropriada. Em dias sagrados importantes, como Corpus Christi, andavam em procissões com imagens de seus santos patronos juntamente com os dos brancos e dos pardos. Uma boa descrição dos irmãos pretos em uma procissão eucarística vem de Minas Gerais em 1733, quando o sacramento abençoado foi transferido da igreja do Rosário para a igreja principal paroquial. Os pretos andavam em procissões vestidos com longos mantos de seda branca, e três oficiais da irmandade carregavam as imagens de Santo Antônio de Catagerona, de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário, que era adornada “com sedas de ouro e prata, luxuosamente trabalhadas com ouro e diamantes” (KIDDY, 2005, p. 88).

A união de santos negros e seus devotos em determinados dias sagrados possibilitou às nações africanas lembrarem sua terra e suas tradições culturais. Em 1786, em Salvador, por exemplo, a irmandade do Rosário pediu à Rainha Maria I permissão para usar máscara, dançar e cantar em uma língua angolana na homenagem dedicada a Nossa Senhora. As cerimônias organizadas por irmandades negras nas igrejas eram cristãs, entretanto os amigos e as famílias não cristãs utilizavam os dias dos santos para propósitos africanos. No pátio das igrejas católicas negras do Rio de Janeiro “feiticeiros” africanos lideravam seguidores não cristãos em adoração, enquanto dançavam ao som de tambores feitos em estilo africano. Posteriormente, outras danças ocorreram nas praças, muitas vezes noite a dentro. Em Salvador, o culto aos orixás yorúbas ocorria “disfarçado” nas igrejas negras, enquanto os muçulmanos ocultavam sua adoração sem se converterem ao catolicismo. Já adentrando o século XX, os membros Nagô da irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, na igreja de Barroquinha em Salvador, normalmente celebravam rituais de Candomblé às escondidas da igreja. Apesar de alguns acadêmicos considerarem as irmandades dos pretos como católicas ortodoxas, e muitos eram católicos atentos, as pesquisas recentes sugerem que algumas irmandades desempenharam um papel histórico significativo na evolução das religiões afro-brasileiras, como o Candomblé em Salvador (KARASCH, 1987, p. 247-9; REIS, 2003, p. 333; NISHIDA, 1998, p. 332, 335).

Para a capitania de Goiás, contudo, temos apenas evidências indiretas de usos similares pelas irmandades de pretos e de suas igrejas. As visitas eclesásticas do século XVIII, e os relatórios policiais do século XIX sobre feiticeiros, fornecem algumas evidências das práticas religiosas africanas. Um visitante colonial “editou provisão exortando os párocos para apartarem e

desterrarem de suas freguesias as indecências e faltas de temores com que os negros da irmandade de Nossa Senhora do Rosário... se compraziam em buscar no campo dos enforcados uma árvore – a que denominavam mangueira – para, após os sepultamentos, realizarem feitiçarias”. Uma crioula que deixava comidas e bebidas em túmulos foi acusada de “realizar feitiços”. Esta denúncia sugere que os negros de Rosário estavam conduzindo rituais em estilo africano necessários, segundo suas crenças, para o devido enterro do morto. Uma segunda referência, neste caso a um ritual de adivinhação, é a seguinte: “Já havia bonecos que falavam e tinham particularidades de adivinhar. Estimavam muito as mulheres do fado aos pretos que davam fortuna”. Um possível indício do uso de igrejas católicas para propósitos africanos consta em um edital datado 4 de maio de 1773, que proibia às danças à noite nas igrejas da capitania de Goiás. A apropriação do espaço sagrado católico para dança preocupou um padre em Vila Boa, mas não é claro neste documento o porquê das pessoas terem escolhido dançar ao som de instrumentos em igrejas à noite. Eles também realizavam leilões e rezavam novenas em frente ao altar de um santo, onde depositavam suas esmolas: flores, frutas e animais. Na Igreja de Santa Efigênia, em São José do Tocantins, os negros dançavam e cantavam abertamente “uma música africana”, mas sempre depois da missa e na presença do padre.²¹

Por outro lado, podemos documentar outro uso de espaços sagrados nas igrejas católicas. O enterro de membros das irmandades dos pretos, de suas esposas e filhos era um acontecimento muito importante. Já que muitos donos de escravos não providenciavam o enterro de seus escravos, as irmandades dos pretos funcionavam como associações fúnebres. Nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro, essas irmandades exigiam os privilégios fúnebres da irmandade da elite branca da Santa Casa da Misericórdia, onde muitos escravos foram enterrados em grandes valas comuns. A partir de 1725, os escravos deveriam ser adequadamente enterrados no quintal das igrejas de Nossa Senhora do Rosário em Salvador e no Rio de Janeiro.²² O número de funerais era um indicador de status nas comunidades locais e poderia ser mensurado a partir do número de irmandades que marchavam na procissão do funeral e compareciam à missa, sempre com música elaborada. Apenas aqueles com alguma riqueza podiam arcar com os altos custos de uma missa solene e enterro na igreja. Depois da morte do irmão e o período de luto, todos os membros da irmandade deveriam acompanhar o corpo em procissão da casa do morto até a igreja de negros. A missa do funeral era então freqüentada por todas as irmandades das quais ele participara. Aqueles que serviram às irmandades dos pretos como oficiais, como juiz e rei, assim como homens brancos que

ajudaram a irmandade, as procuradoras ou tesoureiros, eram enterrados em locais que refletissem seu alto status (NISHIDA, 1998, p. 336; KIDDY, 2005, p. 122; MORAES, 2006, cap. 8, p. 27-8; e cap. 9).²³

Depois do funeral e do enterro, os membros das irmandades negras eram obrigados a rezar pelas almas dos mortos e a pagar as missas em homenagem ao morto. Muitas das doações em ouro recebidas pelas irmandades eram destinadas às despesas necessárias às preces pelas almas dos irmãos e irmãs. A quantidade de ouro que tinha que ser doada para essas missas pode ser documentado por meio das receitas em ouro coletadas por um padre em Santa Luzia para rezar missas de funeral e as subseqüentes, para as almas dos irmãos falecidos. As receitas do período de 1811-1813 sugerem que uma doação padrão para uma missa de funeral era de onze oitavas de ouro. Em 1817, o tesoureiro da irmandade de Nossa Senhora do Rosário certificou-se de que pagou ao padre João Damasceno Marquez das Neves para realizar “Cem Missas pelas Almas dos Irmãos falecidos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário”. Por este serviço, o padre recebeu 50 oitavas de ouro. Após sete anos, em 1824, o tesoureiro pagou ao mesmo padre 49 oitavas e meia de ouro para as missas de oito membros da irmandade que haviam morrido.²⁴

Além de preencher o papel de associação fúnebre, as irmandades também desempenhavam outro papel importante: o de auxiliar seus membros escravizados, caso fossem maltratado por um senhor cruel ou ajudá-los a alcançar a manumissão. No Rio de Janeiro, por exemplo, a irmandade de Nossa Senhora dos Remédios provinha à defesa legal aos escravos, especialmente em casos de crueldade ou prisão injusta. Os membros das Irmandades dos pretos envolviam-se no apoio à causa abolicionista até o ano de 1888, quando a escravidão foi legalmente abolida. A irmandade do Rosário em São Paulo era especialmente ativa no movimento abolicionista da cidade.²⁵ Antes, porém, as irmandades negras comumente guardavam uma caixa onde escravos podiam manter suas economias no intuito de comprar suas liberdades. Duas irmandades foram fundadas especialmente para libertar escravos: a de Nossa Senhora do Rosário e Resgate no Rio de Janeiro (1685) e Nossa Senhora das Mercês em Ouro Preto, Minas Gerais. Se um dono de escravo se recusasse a soltá-lo, então a irmandade poderia pagar um advogado para dar andamento ao caso, seguindo as normas legais.²⁶ As Irmandades dos pretos, freqüentemente, se envolviam na defesa da liberdade de todos ou de quase todos seus membros. Com tantos pretos seguros de sua liberdade, novas irmandades surgiram no Brasil. Seus membros eram definidos como pretos livres nascidos no Brasil (crioulos). A irmandade de Nossa Senhora

da Soledade Amparo dos Desvalidos, fundada em Salvador em 1832, proibiu brancos, mulatos e africanos de se associarem (NISHIDA, 1998, p. 339).

Na Capitania de Goiás, não há evidência direta de que a fundação das irmandades tivesse por finalidade a manumissão de seus membros. Aliás, a irmandade do Rosário de Vila Boa possuía escravos doados por seus membros, entretanto os membros da mesa da irmandade do Rosário, na cidade de Goiás no século XIX, foram visivelmente bem sucedidos na obtenção de suas liberdades. No início do século dezenove, a maioria dos membros da mesa era listada como escravos; mas por volta da década de 1860 a maioria deles havia escapado do status de escravo.²⁷

RELAÇÕES IGREJA-ESTADO

Durante o período colonial no Brasil, a maioria das irmandades dos pretos, sem o apoio de um poderoso patrono, se conformava a uma existência tênue, à exceção da irmandade do Rosário. O apoio oficial da Coroa Portuguesa a esta irmandade implicou no controle destas associações que deviam requerer o registro de seus compromissos em Lisboa, entretanto as irmandades pobres não conseguiam preencher as exigências constantes no requerimento. Na década de 1770, o Vice Rei do Brasil, o Marquês do Lavradio, ordenou a demolição dos pequenos alpendres que serviam como cemitérios e ordenou que as irmandades dos pretos se mudassem para a igreja do Rosário. Sua iniciativa tinha o apoio do bispo e dos irmãos do Rosário, que se beneficiavam com o aumento da receita decorrente do fechamento de pequenas capelas, obtendo, assim, recurso para a reforma da igreja. O Vice Rei favoreceu a irmandade do Rosário em razão do importante papel por ela exercido na manutenção da ordem no período colonial: seus reis e juizes serviam como intermediários entre as autoridades coloniais e os escravos (SOARES, 2000, p. 160; SANTOS, 2008, p. 206).

Em contrapartida, um arcebispo em Salvador foi positivamente hostil em relação a petições das irmandades do Rosário, pois considerava seus membros “rebeldes indisciplinados”. Em outros casos, as irmandades dos pretos desafiavam padres da própria igreja. Muitas igrejas negras, desprovidas de qualquer recurso, não possuíam um padre residente e dependiam da visita de padres que cobravam altas taxas por seus serviços. Quando tais padres não rezavam a missa ou ministravam os sacramentos, os irmãos reclamavam denunciando a negligência dos párocos em relação aos deveres clericais. Em geral, as irmandades lutavam pela ampliação dos direitos dos negros cristãos na igreja católica (MULVEY, 1976, p. 214, 218).

No século dezoito, a integração das irmandades dos pretos na ordem colonial pode ser percebida na procissão da festa de Corpus Christi em Vila Boa. Duas estátuas montadas em cavalos lideravam a procissão: uma era São Jorge, “defensor de Portugal”, e a outra era São Sebastião, “defensor do Brasil”. Atrás dos santos se postavam cinqüenta cavaleiros e as “numerosas irmandades do Santíssimo Sacramento”. Após as irmandades de elite do Santíssimo Sacramento, seguiam as outras irmandades, claramente colocadas em ordem hierárquica

1. São Miguel de Almas
2. Militares de Santo Antônio
3. Nossa Senhora da Lapa, “que pertencia aos mercadores”
4. São Sebastião dos Republicanos
5. Nossa Senhora da Boa Morte
6. Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos
7. “Glorioso São Benedito dos crioulos”
8. Santa Efigênia dos alfaiates
9. “a confraria de São José dos carpinteiros, marceneiros, pedreiros e tanoeiros”

Após a confraria de São José ainda marchavam as que praticavam ofícios mecânicos. Portanto, todas as irmandades eram incluídas na procissão religiosa em homenagem ao Santíssimo Sacramento; mas a “ordem costumada” assentou as irmandades negras no fim da procissão.²⁸

Uma procissão elaborada tinha a sanção oficial da Igreja e do Estado; mas os pequenos grupos que se uniam para rezar litanias e rosários perante as estátuas, homenageadas pelas irmandades negras de Vila Boa, eram na verdade proibidos de rezarem suas preces ou celebrarem suas festas diante de imagens de santos. Em 1784, o Visitador queria restringir a adoração pública a igrejas ao invés de permitir que o povo rezasse nas ruas e oratórios privados da cidade.²⁹ As descrições posteriores comprovam, é óbvio que o visitador não mudou os costumes populares em Vila Boa ou na capitania de Goiás.

No século XIX, as irmandades também entraram em conflito com a polícia local na defesa do seu direito de realizar procissões religiosas e danças em praças públicas ou de abrigar os indivíduos que bem quisessem a despeito do fato da polícia considerá-los perigosos, seja por protegerem escravos fugitivos ou pela prática da capoeira. Com o claro objetivo de controle social, alguns governos no século dezenove tomaram o controle da prática colonial do registro, aprovando e controlando as irmandades dos

pretos. Em 1811, por exemplo, o chefe de polícia e o capelão da igreja de Nossa Senhora da Lampadosa aprovaram a eleição de Caetano Lopes dos Santos e Maria Joaquina da nação Cabundá (Mbundu) como Rei e Rainha no Rio de Janeiro (KARASCH, 1987, p. 249).

Na região de Minas Gerais, no Século XIX, a Assembléia Provincial regulou as irmandades através de leis municipais e restringiu muito suas atividades, proibindo enterros em igrejas, a mendicância – que os irmãos e irmãs desobedeceram – e a dança de batuque, uma proibição comum no Brasil e aprovavam os reis e rainhas eleitos pelas irmandades. No Rio de Janeiro, as danças patrocinadas pela Irmandade do Rosário foram proibidas em Campo de Santana em 1817. Por volta de 1833, aqueles que dançassem ao som de tambores, em qualquer cidade, seriam presos.³⁰ Contudo, distante do Rio de Janeiro as danças continuaram, especialmente, em Minas Gerais e Goiás. Em Minas Gerais, uma das mais importantes atividades da irmandade do Rosário dos pretos era a de celebrar o festival do dia de Nossa Senhora do Rosário em 7 de outubro. Coroar um rei e uma rainha negros (o reinado) era uma forma de recordação do mundo africano. Congados de dançarinos e cantores acompanhavam o rei e a rainha, ao som de instrumentos musicais que evocavam as tradições musicais africanas.³¹

Em Goiás, à época da colônia, encontram-se referências esparsas às danças, possivelmente se tratavam de congados; mas a documentação é clara quanto às eleições de reis e rainhas negros, incluindo seus nomes. Os compromissos de Nossa Senhora do Rosário referem-se às eleições de reis e rainhas e os livros remanescentes detalham as sedas e tafetás a serem compradas no Rio de Janeiro para uso do casal real, bem como esclarecem a quantidade de ouro requerida para o cargo de rei ou de rainha, o que sugere que ambos eram ricos, o suficiente, para aceitar as responsabilidades financeiras decorrentes da função. A doação de ouro requerida em Crixás, Meia Ponte e São José do Tocantins, por exemplo, era de vinte oitavas para ser, respectivamente, rei ou rainha. No caso de escravos, contudo, a sua ascensão a tais posições dependia da doação em ouro dos seus senhores para a irmandade. Por exemplo, em 1791 a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Bonfim pedia que os escravos tivessem “uma ajuda em esmola” já que eram “cativos”. Posteriormente, o rei e a rainha “ofereciam festas fora da igreja, como comilanças e danças”. Como os custos eram muito altos, muitos reis e rainhas na irmandade dos pretos eram homens e mulheres livres, que possuíam alguma propriedade.³²

A irmandade de São Benedito da cidade de Goiás tinha a responsabilidade de realizar a “folia de Santos Reis ou reisado” nos dias antecedentes

ao festival Três Magos. Antes de 6 de Janeiro iam de porta em porta pedindo esmolas para a festa e improvisando músicas que cantavam para cada família. Em resposta, recebiam “um quitute, um café ou uma aguardente”, de cada morador. O quanto de ouro era pedido pela música para as cerimônias religiosas e festas para São Benedito pode ser registrado para Santa Luzia, em 1820, o total de 35 oitavas de ouro. Anteriormente, a irmandade tinha apenas que pagar doze oitavas de ouro nos anos de 1815 e 1816. Uma razão para a quantidade de ouro requerida pode ser explicada pela lista de rituais realizados na “festa de Nossa Senhora e na de São Benedito” em 1828, na cidade de Goiás: “Novenas, levantamento de Mastros, Alvoradas, Missas Cantadas, Sermões, e Procissões”.³³

Outra festa popular patrocinada pela irmandade de São Benedito era a dança de fita, realizada em Meia Ponte. Descrita como uma dança européia trazida para o Brasil, pode ter assumido um sentido alternativo para os pretos que dançavam diante do “mastro chamado pau-de-fita” com dozes fitas de várias cores. À direita do mastro, doze irmãos formavam uma fila enquanto à esquerda outra fila se formava com doze irmãs da irmandade. À frente de cada fila se postavam o juiz e a juíza de cordão preto, responsáveis pelo governo interno da irmandade. De acordo com Cristina de C.P. Moraes, os movimentos da dança simbolizavam a preparação da terra para o plantio das árvores, a escolha das sementes, a semeadura e as raízes. Quando o juiz e juíza de ramallete assumiam, eles simbolizavam as folhas das árvores. No fim desta parte da dança, “o mordomo do mastro e a mordama da bandeira, representando São Benedito, autorizavam a fincada do maestro... transformado simbolicamente em árvore”.³⁴

Possivelmente uma das festas mais africanas, na qual “negros livres” eram participantes notáveis, costumava ocorrer todos os anos na festa de Santa Efigênia na região de Traíras. Um viajante austríaco, Johann Emanuel Pohl, observou pessoalmente as celebrações em sua homenagem, em Junho de 1819.³⁵ Depois de obter permissão do Vigário para realizar a festa, vários negros, vestidos de uniformes portugueses, a cavalo. . . galoparam um pouco pelas ruas e depois se dirigiram à igreja, onde eles colocaram “uma bandeira com a imagem da sua santa” em um mastro alto diante da igreja. Ao som dos tambores e “vários instrumentos nativos do Congo”, o cortejo prosseguiu para a “casa do imperador”, onde havia gritos de “Bambi” e “domina” que significavam “o rei tudo governa”. Para o desprazer de Pohl, esta gritaria, o rufar dos tambores, a cantoria e o barulho geral duraram a noite toda, enquanto “bandos de negros percorreram as ruas”. No dia seguinte ao meio dia, em 24 de junho, os participantes da procissão se encontravam na casa

da Imperatriz antes de saírem para a igreja, e eram conduzidos por vinte negros com os seus instrumentos. “Estavam vestidos à moda do país” com correntes de ouro e jóias nos braços, e “penas de avestruz ornavam-lhes as cabeças”. Depois dos negros vinham “todos os naturais brancos” seguidos do príncipe negro e da princesa da festa, ambos estavam cobertos de jóias. Na passagem do Imperador e a Imperatriz, os cortesões cantavam e proclamavam. “Bambi, domina”. Então eles dançavam ao som de “um canto lento e monótono... Em que eles cruzavam as pernas, estendendo-se para a frente ou para trás”. Depois entravam na igreja, “o padre aspergia-lhes água benta” e celebrava a missa cantada. Os nomes daqueles que comandariam no ano subsequente eram anunciados e “os músicos negros” entravam na igreja e dançavam e cantavam “uma música africana”.

A próxima parte da descrição de Pohl concentra-se em um drama, quando o monarca negro “ordenou em voz alta que se começasse, com cantos e danças” a festa de Santa Efigênia. Logo no início, um general negro apareceu anunciando a iminente chegada de um forasteiro. Quando ele chegou, todos os negros o atacaram e ameaçaram matá-lo; mas ele se ajoelhou perante o trono e afirmou ser o embaixador de um reino muito distante, cujo rei o havia mandado para participar da festa de Santa Efigênia. As canções e danças começaram novamente com invocações para a santa deles. O dia acabava com um banquete e visitas do cortejo a todas as pessoas importantes da cidade. Pohl concluiu que “os negros são grandes apreciadores desta festa... que a tantos respeitos lhes recorda a pátria”.

Esta narrativa da cooperação entre brancos e negros na celebração de uma festa de uma santa preta é notável, especialmente à luz dos conflitos que as festas normalmente provocavam em outras partes do Brasil, onde as irmandades eram muitas vezes alvo de legislações repressivas dos governos municipais e provinciais. O grau de liberdade de que os membros usufruíam dependia dos costumes locais e da tolerância clerical. Uma das razões evocadas para a repressão era a suspeita oficial que as irmandades contribuíam para as revoltas de escravos e incentivava a fuga para quilombos, especialmente depois da revolta Malê de 1835, em Salvador. Indubitavelmente, tal repressão provocou a redução do número de irmandades negras em algumas cidades do Brasil do século dezanove. Outras razões para redução podem ser atribuídas aos conflitos internos entre irmãos em um período de queda de receitas, especialmente nas regiões mineiras. Por fim o crescente movimento de secularização levou ao abandono dos costumes religiosos, especialmente no Rio de Janeiro. Por outro lado, à medida que diminuía a presença de africanos e escravos, as irmandades incorporavam pessoas de todas as cores alterando,

assim, sua própria identidade (BUTLER, 1998, p. 147-58; NISHIDA, 1998, p. 336-7; KIDDY, 2005, p. 180-6).

Apesar da repressão a que foram submetidas no século dezanove e das transformações internas da irmandade do Rosário no Rio de Janeiro, a coroação de reis e rainhas negros, enquanto rituais, ainda são celebrados e “dançados” no interior do Brasil. O Reinado do Rosário de Fagundes em Minas Gerais é apenas um entre muitos. Na cidade de Goiás, os congados são realizados a cada pentecostes em frente à igreja matriz de Santa Ana e não na igreja do Rosário. Em Natividade, como a igreja do Rosário está em ruínas, os rituais ocorrem em outras igrejas ou em São Benedito. Em Salvador, os rituais de Candomblé são “dançados” abertamente há muito tempo em uma Igreja que resistiu ao tempo, a Igreja do Rosário, no Pelourinho.³⁶

CONCLUSÃO

No período colonial, as irmandades dos pretos serviram às necessidades dos novos Africanos dando aos seus membros a sensação de fazerem parte de algo; de uma comunidade destinada aos cuidados com a morte: seus membros deveriam receber o enterro adequado de acordo com os ritos cristãos e africanos. Para os Angolanos, Nossa Senhora do Rosário e a irmandade do Rosário representavam uma ligação com o lar, com Angola. As irmandades dos pretos, portanto, eram refúgios para os desprotegidos e consolo para os irmãos e irmãs em uma sociedade hostil aos escravos³⁷.

Seus irmãos e irmãs poderiam até ajudá-los na conquista de sua manumissão ou pelo menos protegê-los de um senhor cruel. A Igreja e o Estado tentaram manipular as irmandades para seus próprios fins, ou seja, para a conversão e controle de uma população negra potencialmente perigosa, entretanto os irmãos e irmãs negros adaptaram as irmandades aos seus próprios objetivos: o contato com o mundo espiritual, a construção de comunidades e formação de uma nova identidade, pois na medida em que abandonavam a condição de Angolanos, Congos, ou Minas e se transformavam em forros, cujos filhos seriam pretos livres e pardos livres. Os afro-descendentes continuam celebrando seus ancestrais como pretos velhos e a dançar em sua homenagem em rituais religiosos e congadas. O legado da irmandade dos pretos é uma rica vida de devoção que ainda atrai pessoas de todas as cores, que respeitam suas igrejas e tradições, especialmente, as de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia.

BUILDING COMMUNITIES: THE BROTHERHOODS OF BLACKS AND PARDOS IN COLONIAL BRAZIL AND GOIÁS

ABSTRACT: This essay will examine one of those associations, the lay brotherhood of blacks (or pardos), which was organized by those of African descent in colonial Brazil and the captaincy of Goiás. Themes to be elaborated here include origins; membership, including ethnic and racial identity; the saints of their devotion; activities, such as fundraising and assistance to those in need; and relations to church and state, including elections of kings and queens. Historical studies now point to the rich associational life that those of African descent created in Brazil and the rest of the African Diaspora, and the captaincy of Goiás shared in that tradition that enabled slaves to survive the trauma of enslavement and create their own communities and cultures.

KEYWORDS: Brotherhoods, blacks, Colonial Brazil, Goiás.

NOTAS

- 1 Russell-Wood (1982, p. 156) escreve sobre as irmandades de negros como “a única forma de vida comunitária legalmente permitida a eles no período colonial”. Minha primeira versão do tema comunidade apareceu no documento “Building Black Communities in Central Brazil, 1772-1835,” 10 de setembro de 1999. Para Irmandades no Brasil, eu colaborei com David McCreery em um documento, *Community Building and Identity Formation: a Comparative Analysis of Lay Brotherhoods in Mesoamerica (Cofradías) and Brazil (Irmandades)*, apresentado pelo Professor McCreery em South Africa em 2006.
- 2 Origens: cf. Kiddy (2005, p. 16, 22), Soares (2002, p. 5), e Moraes (2006, capítulo 5, p. 3-6). A tese de Moraes (2006) é um dos estudos que mais compreende as “associações religiosas” da capitania de Goiás. Doravante, as citações da tese serão por capítulo e número da página. Agradeço Moraes pela cópia da sua tese.
- 3 Cf. Mulvey (1976, p. 285), Kiddy (2005, 32-3), Thornton (2002, p. 83-4), e Karasch (2002, p. 149). Uma razão para a popularidade da Irmandade do Rosário é que o rosário servia como um talismã contra o mal como “artillery balls” (KIDDY, 2005, p. 15, 169; SWEET, 2003, p. 207).
- 4 Datas são para o compromisso deles. De acordo, Mulvey, p. 293, também havia uma Irmandade do Rosário dos pretos na capela de Nossa Senhora da Conceição das Minas de Goiás de 1777. Cf. Moraes (2006, cap. 7, p. 2; cap. 5, 36, nota 570; e cap. 7, p. 33, nota 748). Para Santa Luzia, cf. SCG ([19--], *Sobre Goiás*, p. 82, p. 162).

- 5 E, ainda, Tabela 3.9, Black and Pardo Brotherhoods of Rio de Janeiro, 1753-1852.
- 6 Pardos: cf. Nishida (1998, nota 4, p. 343) e Karasch (1987, p. 84-6). Sobre os diversos “ofícios mecânicos” e a “irmandade de São Jorge”, cf. Santos (2008, p. 200-3).
- 7 Brancos e pardos no Rosário, Cf. Moraes (2006, cap. 5, p. 28-9; e cap. 7, p. 5). No século XIX, a Irmandade do Rosário da Cidade de Goiás tinha 12 africanos servindo a mesa: nove Angolas, dois Minas, e um conginho (KARASCH, 2002, p. 148).
- 8 Fotografias de sete igrejas históricas de Luanda, Angola, afixadas em 28 de fevereiro de 2009 e descritas pela Irma Maria Amélia, podem ser vistas no *site*: <<http://angolafieldgroup.wordpress.com/historic-tours/>> (AMÉLIA, 2009).
- 9 E, ainda, Goiânia, Arquivo Histórico de Goiás (AHG), caixa 132, pacote 1, Assunto Eclesiástico, O Compromisso da Irmandade, e Capella de Nossa Senhora do Livramento Ereta no Arraial de São Sebastião de Água Quente, Freguesia de N. Senhora da Conceição de Trahiras, 1771, cópia.
- 10 São Gonçalo Garcia: Ele não foi canonizado até 1862. Usando o despautério de sua canonização, Manoel D’Sá (1909, p. 379) escreveu uma breve biografia. Ver também Scarano (1975, p. 38) e Moraes (2006, cap. 6, p. 12, 44, nota 625).
- 11 São Benedito: cf. Karasch (1987, p. 282-3), Kiddy (2005, p. 220-1), Brandão (1986) e Scarano (1975, p. 38). Santo Onofre também lista como um santo negro.
- 12 Em 1767, no Rio de Janeiro, houve uma Irmandade de Santa Efigênia e outra dedicada a Santo Elesbão. Mulvey (1976, p. 303). Contudo, Soares (2001, p. 12-3, 17) cita o “Compromisso da Venerável Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia”. Agradeço Mariza Soares pela cópia desse documento.
- 13 Natividade: cf. Borges e Palacín (1987, p. 53-60).
- 14 Rosário e São Benedito: cf. Moraes (2006, cap. 7, p. 4-14).
- 15 N. S. da Boa Morte: cf. Borges e Palacín (1987, p. 16), Moraes (2006, cap. 6, p. 9-11) e Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, 1003, caixa 11, Irmandade da Sr.a da Boa Morte dos homens pardos, confirmação do compromisso, 18 janeiro 1792.
- 16 N. S. da Conceição: cf. Moraes (2006, cap. 5, p. 36, nota 571); e Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, caixa 293, pacote 2, doc. 47, Devotos da Senhora da Conceição do Arraial de Jaraguá, 30 abril 1828.
- 17 São José de Tocantins: cf. Bertran (1985, p. 27, 40-3). Ele menciona que “livro de registro de irmãos”, da irmandade dos pardos de Boa Morte e São Gonçalo foi guardada de 1768 até 1923. A Igreja do Carmo também existiu em Luanda,

- Angola. Ver fotografia 7, Angola (SITE <<http://angolafieldgroup.wordpress.com/historic-tours/>>. 2009).
- 18 Pedindo esmolas: cf. Soares (2000, p. 152-3), Mulvey (1976, p. 313), Karasch (2002, p. 8-10) e Quintão (s/d). A riqueza das irmandades nos bens imóveis de Minas Gerais, cf. Scarano (1975, p. 35).
 - 19 N. S. das Mercês: cf. SGC, Arquivo da Cúria, Compromissos de Nossa Senhora das Mercês, 1772 e 1788; e Nossa Senhora do Rosário de Goiás (*apud* Moraes, 2006, cap. 5, p. 23). O registro de liberdade de Thereza Mina está em Goiás, Biblioteca de Fundação Educacional da Cidade de Goiás (BFEG), Cartório do Primeiro Ofício, Goiás, 1792-1799, 25 de junho de 1793, fols. 97-98.
 - 20 N. S. das Mercês: cf. Goiânia, SGC, Arquivo da Cúria, Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, 1772; e Moraes (2006, cap. 7, p. 18).
 - 21 Rituais africanos: cf. Moraes (2006, cap. 8, p. 28; cap. 9, 24-5), SGC, Edital de 4 de maio de 1773, O Vigário Collado, Antunes de Noronha, cópia, fols. 64-65, e Pohl (1976, p. 204).
 - 22 Enterros: cf. Nishida (1998, p. 335) e Soares (2000, p. 143).
 - 23 Para mortes e enterros em Goiás, cf. Moraes (2006), cap. 9.
 - 24 Santa Luzia: cf. BFEG, Papeis Avulsos, Santa Luzia, 1811, 1813-1814, 1817-1818, 1820, 1824-1825, folios 58, 69-72, 76-8. 94-6.
 - 25 Abolição, São Paulo: cf. Kiddy (2005, p. 183). Eduardo Silva começou a pesquisa sobre o papel que a irmandade do Rosário exerceu no movimento abolicionista no Rio de Janeiro.
 - 26 Manumissão: cf. Nishida (1998, 339-40), Moraes (2006, cap. 8, p. 20), Boschi (1986, p. 165-6) e Mulvey (1976, p. 22, 92-5, 117-8, nota 38). Protesto contra os maus tratos a escravos está em Mulvey (1976, p. 80), e os direitos de resgatar os escravos mal-tratados está na p. 25 (MULVEY, 1976).
 - 27 BFEG, Papeis Avulsos, Livro dos Termos de Meza, Nossa Senhora do Rosário, 1826-1864.
 - 28 Corpus Christi: cf. Moraes (2006, cap. 8, p. 32-3) e Santos (2008, p. 214).
 - 29 SGC, Arquivo da Cúria, Edital, que o R.o Visitador José Correa Leitão foi servido manda passar... sobre o respeito que se diz a Santidade dos Lugares Sagrados... Vila Boa, 28 de julho de 1784, cópia, f. 101v.
 - 30 Repressão: cf. Kiddy (2005, p. 144-9), Karasch (1987, p. 233, 243) e Souza (2002, p. 316-7).
 - 31 Reinados: cf. Kiddy (2005, p. 124-5, 130) e fotografia (KIDDY, 2005, p. 132), Karasch (1987, p. 247-9) e Souza (2002), capítulos 4 e 5.

- 32 Reis e Rainhas: Tafetás para as opas, BFEG, Irmandade, Termo de Mesa, 13 de Julho de 1838, fols. 47-48; e Moraes (2006, cap. 5, p. 23; cap.7, p. 5, 8).
- 33 Folia de Santos Reis: cf. Kiddy (2005, p. 124-5, 130); e Moraes (2006, cap. 8, p. 6-7). Recibo de música: BFEG, Santa Luzia, 1817, f. 77; 1820, f. 80. Novenas: BFEG, Livro dos Termos de Mesa, Rosário, 11 maio 1828, f. 14.
- 34 Dança da fita: cf. Moraes (2006, cap. 7, p. 34, nota 759; e cap. 8, p. 23-4). Uma fotografia de penas sobre a cabeça está em Kiddy (2005, p. 133) e na minha *Central Africans* (KARASCH, 2002, p. 150).
- 35 A narrativa completa da festa de Santa Efigênia está em Pohl (1976, 203-5). Um resumo de uma congada do século XIX em Goiás está na minha *Central Africans* (KARASCH, 2002, p. 149-51).
- 36 Vozes dos Congadeiros (Kiddy, 2005, 207-40; e *Cê Me Dá Licença: Capitão Julinho e o Congado de Fagundes MG* (2007). Eu gostaria de agradecer-lhes e também a Sebastião Rios pela cópia desse DVD.
- 37 A referência específica à “consolação dos irmãos” está em BFEG, Livro dos Termos, Rosário, 14 de maio de 1843, f. 58.

REFERÊNCIAS

- AMÉLIA, Irmã Maria. Fotografias de sete igrejas históricas de Luanda, Angola, afixado em 28 de fevereiro de 2009. Disponível em <<http://www.angolafieldgroup.wordpress.com/historic-tours/>>. 24 jun. 2009.
- BERTRAN, Paulo. *Memória de Niquêlandia*. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.
- BORGES, Ana Maria; PALACÍN, Luiz. *Patrimônio histórico de Goiás*. 2. ed. Brasília: Sphan/próMemória, 1987.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- BRANDÃO, Ascanio. *São Benedito: o santo preto*. Aparecida: Santuário, 1986.
- BUTLER, Kim D. *Freedoms given, freedoms won: afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick,: Rutgers University Press, 1998.
- CÊ ME DÁ LICENÇA: Capitão Julinho e o Congado de Fagundes MG, com a presença dos ternos de Moçambique e de Catopé da comunidade de Fagundes MG, Clube do Violeiro Caipira de Brasília, 2007. (DVD).
- D’SÁ, Manoel. Garcia, Gonsalo, Saint. In: THE CATHOLIC ENCYCLOPEDIA. New York: Robert Appleton, 1909. V. VI.
- GUASTELLA, Salvatore. *Santo Antônio de Categeró: sinal profético do empenho pelos pobres*. São Paulo: Paulus, 1986.

KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

KARASCH, Mary. Queens and judges: afro-brazilian women in the lay brotherhoods of Central Brazil, 1772-1840. Trabalho apresentado na Associação Latina Americana de Estudos, Chicago, Illinois, Setembro 1998.

KARASCH, Mary. Central Africans in Central Brazil, 1780-1835. In: HEYWOOD, Linda (Org.). *Central Africans and cultural transformations in the American diaspora*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 117-151.

KIDDY, Elizabeth W. *Blacks of the Rosary: memory and history in Minas Gerais, Brazil*. University Park, PA: Penn State Press, 2005.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na capitania de Goiás, 1736-1808. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2006.

MOURA, Ana Maria da Silva; LIMA, Carlos A. M. *Devoção e incorporação: Igreja, escravos e índios na América Portuguesa*. Curitiba: Peregrina, 2002.

MULVEY, Patricia Ann. The black lay brotherhoods of colonial Brazil: a history. Tese (Doutorado) – City University of New York, 1976.

NISHIDA, Mieko. From ethnicity to race and gender: transformations of black lay sodalities in Salvador, Brazil. *Journal of Social History*, v. 32, n. 2, p. 329-348, Win. 1998.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. O significado das irmandades de pretos e pardos: o papel das mulheres. s/d. Mimeografado.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *The black man in slavery and freedom in colonial Brazil*. New York: St. Martin's Press, 1982.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. The feast of Corpus Christi: artisan crafts and skilled trades in Eighteenth-Century Rio de Janeiro. *The Americas*, Philadelphia, v. 65, n. 2, p. 193-216, out. 2008.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1975.

SCG. Sociedade Goiana de Cultura. Goiânia, Goiás. *Sobre Goiás*, n. 435, Ephemerides Luzianas. [19– –].

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade, étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

SOARES, Mariza de Carvalho. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. Rio de Janeiro: *Topoi*, p. 59-83, março 2002.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Virgem imperial: Nossa Senhora e o Império marítimo português. Trabalho apresentado no seminário do Atlântico, Ann Arbor, Michigan, 11 de maio de 2006.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei congo*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

SWEET, James H. *Recreating Africa: culture, kinship, and religion in the African-Portuguese World, 1441-1770*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003.

THORNTON, John. Religious and ceremonial life in the Kongo and Mbundu Areas, 1500-1700. In: HEYWOOD, Linda M. (Org.). *Central Africans and cultural transformations in the American Diaspora*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 71-90.